

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E  
RELATÓRIO DOS AUDITORES  
INDEPENDENTES

SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.

31 DE DEZEMBRO 2023

SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

## CONTEÚDO

Relatório de revisão dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 – Demonstração dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da  
**SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.**  
São Paulo - SP

### OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo e apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2024.

Vac Auditores Independentes  
CRC 2SP027296/O-2

Ricardo José Patine Filho  
Sócio  
CRC 1SP252050/O-9

Ricardo Augusto de Souza  
Diretor  
CRC 1SP258186/O-4

**QUADRO 1**

**SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**CNPJ 44.661.671/0001-79**

*(Valores expressos em reais mil)*

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	453	1.212	Fornecedores	8	888	995
Contas a receber de clientes	5	1.918	2.444	Obrigações trabalhistas e sociais	9	1.763	1.363
Adiantamentos		37	15	Obrigações tributárias	10	2.715	520
Despesas antecipadas		31	30	Adiantamento de clientes	12	542	101
		<b>2.439</b>	<b>3.701</b>	Parcelamento de Impostos	11	924	251
				Outros débitos		2	2
						<b>6.834</b>	<b>3.233</b>
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>			
Adiantamentos		800	-	Dividendos a pagar		-	135
Imobilizado	6	2.153	1.589	Parcelamento de Impostos	11	3.231	941
Intangível	7	13.702	9.248	Partes relacionadas	13.a	2.764	3.563
		<b>16.655</b>	<b>10.837</b>			<b>5.995</b>	<b>4.639</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	14.a	6.234	6.234
				Reserva legal	14.b	29	29
				Reserva de lucros	14.c	1	402
						<b>6.264</b>	<b>6.665</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>19.094</b>	<b>14.538</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>19.094</b>	<b>14.538</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## QUADRO 2

### SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

CNPJ 44.661.671/0001-79

*(Valores expressos em reais mil)*

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita operacional líquida	16	33.323	19.268
Custo dos serviços prestados	17	<u>(28.129)</u>	<u>(18.586)</u>
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b><u>5.194</u></b>	<b><u>682</u></b>
Despesas administrativas e gerais	18	(963)	(84)
Outras receitas operacionais	19	<u>-</u>	<u>681</u>
<b>Resultado antes das do resultado financeiro</b>		<b><u>4.231</u></b>	<b><u>1.279</u></b>
Receitas financeiras	20	121	103
Despesas financeiras	20	<u>(512)</u>	<u>(520)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b><u>(391)</u></b>	<b><u>(417)</u></b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b><u>3.840</u></b>	<b><u>862</u></b>
Imposto de renda e contribuição social	15	(3.876)	(296)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b><u>(36)</u></b>	<b><u>566</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### QUADRO 3

**SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**CNPJ 44.661.671/0001-79**

***(Valores expressos em reais mil)***

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(36)</u>	<u>566</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>(36)</u></b>	<b><u>566</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**QUADRO 4****SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
CNPJ 44.661.671/0001-79  
(Valores expressos em reais mil)**

	<u>Capital social</u>		<u>Reservas</u>			<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>a integralizar</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b><u>100</u></b>	<b><u>(90)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>10</u></b>
Capital social	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	31.073	(24.849)	-	-	-	6.224
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	566	566
Destinação para reserva legal	-	-	29	-	(29)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(135)	(135)
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	402	(402)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b><u>31.173</u></b>	<b><u>(24.939)</u></b>	<b><u>29</u></b>	<b><u>402</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>6.665</u></b>
Integralização de capital social	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(36)	(36)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(365)	-	(365)
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	(36)	36	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b><u>31.173</u></b>	<b><u>(24.939)</u></b>	<b><u>29</u></b>	<b><u>1</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>6.264</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**QUADRO 5****SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
CNPJ 44.661.671/0001-79  
(Valores expressos em reais mil)**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro (prejuízo) do período		(36)	566
<b>Ajustes para reconciliação do resultado</b>			
Depreciação e amortização	6	425	223
Amortização de Outorgas		285	238
Imposto de renda e contribuição social	15	3.876	296
		<b>4.550</b>	<b>1.323</b>
<b>(Aumento) / Redução dos ativos</b>			
Contas a receber de clientes		526	(2.444)
Adiantamentos		(22)	(15)
Despesas antecipadas		(1)	(29)
<b>Aumento / (Redução) dos passivos</b>			
Fornecedores		(107)	994
Obrigações trabalhistas e sociais		400	1.363
Obrigações fiscais		2.197	520
Parcelamento de impostos		673	251
Outros Débitos		(2)	4
Adiantamento de clientes		441	101
Imposto de renda e contribuição social	15	(3.876)	(296)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>4.779</b>	<b>1.771</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Partes relacionadas		(800)	10
Adições de intangível	7	(4.739)	(9.486)
Adições de ativo Imobilizado	6	(989)	(1.812)
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(6.528)</b>	<b>(11.288)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Adiantamentos		(800)	3.564
Parcelamento de Impostos		2.290	941
Dividendos a pagar		(135)	-
Integralização de capital social		-	6.224
Reservas de Lucros		(364)	-
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>991</b>	<b>10.729</b>
<b>Aumento (diminuição) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(759)</b>	<b>1.212</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	1.212	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	453	1.212
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(759)</b>	<b>1.212</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS IDEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 22 de dezembro de 2021, com sede na Cidade de São Paulo, na Rua Bela Cintra nº 1149 – 8º andar - bairro da Consolação, localizada no estado de São Paulo, tendo como objetivo social, (i) a concessão dos serviços de ampliação, manutenção, operação e realização dos investimentos necessários para a exploração comercial do Complexo Aeroportuário integrante do Bloco Noroeste, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado de São Paulo, com interveniência – anuência da Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP; (ii) a exploração de serviços de estacionamentos; (iii) serviços auxiliares ao transporte aéreo.

Os serviços contratados pela Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP através do contrato nº 0465/ARTESP/2022 assinado em 15 de fevereiro de 2022, em conformidade com as condições estabelecidas no Edital de Concorrência Pública Internacional nº 01/2021. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, a partir da data de eficácia da concessão, sendo que a Companhia deu início às suas atividades operacionais em 01 de abril de 2022.

Os aeroportos integrantes sobre a interveniência – anuência da Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP denominado “Bloco Noroeste” são: (i) Aeroporto Estadual Paulino Ribeiro de Andrade “Aeroporto de Andradina”; (ii) Aeroporto Estadual de Dario Guarita “Aeroporto de Araçatuba”; (iii) Aeroporto Estadual Marcelo Pires Halzhausen “Aeroporto de Assis”; (iv) Aeroporto Estadual Chafei Amsei “Aeroporto de Barretos”; (v) Aeroporto Estadual Moliterno de Dracena “Aeroporto de Dracena”; (vi) Aeroporto Estadual Doutor Ramalho Franco “Aeroporto de Penápolis”; (vii) Aeroporto Estadual Geraldo Moacir Bordon “Aeroporto de Presidente Epitácio”; (viii) Aeroporto Estadual Adhemar de Barros “Aeroporto de Presidente Prudente”; (ix) Aeroporto Estadual Professor Eriberto Manoel Reino “Aeroporto de São José do Rio Preto”; (x) Aeroporto Estadual José Vicente Faria Lima “Aeroporto de Tupã”; (xi) Aeroporto Estadual Domingos Pignatari “Aeroporto de Votuporanga”.

A Companhia pertence às sociedades, Socicam Infraestrutura e Participações Ltda. com sede na cidade de São Paulo no Estado de São Paulo e DIX Empreendimentos Ltda. com sede na cidade de Recife no Estado de Pernambuco

A Companhia possui suporte financeiro das acionistas Socicam Infraestrutura e Participações Ltda., e DIX Empreendimentos Ltda., caso necessite de um eventual aporte financeiro para honrar com as parcelas das dívidas.

## **Impacto da Covid-19 e outros**

Na data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a Companhia opera praticamente sem influência de impactos gerados pela Covid-19, mantendo iniciativas de higienização e distanciamento social, quando aplicável. Não existem impactos relevantes nos resultados atuais e previstos para o futuro próximo.

Em 24 de fevereiro de 2022, por questões político-econômicas, a Rússia invadiu o território ucraniano e iniciou um confronto armado contra esta nação. A partir desse momento, os Governantes, empresários e a população em geral passou a acompanhar o desenvolvimento desse conflito e, avaliar eventuais impactos econômicos desencadeados por estes países. Adicionalmente, em 07 de outubro de 2023, iniciou-se um conflito em Israel que pode ter desdobramentos economicamente danosos para o resto do mundo. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras a Administração da Companhia avaliou e, entende que não há impactos significativos em sua operação. A Administração avalia de forma constante o desdobramento dos assuntos com o objetivo de implementar medidas para mitigar qualquer impacto em suas operações.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### ***a) Declaração de conformidade***

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### ***b) Base de mensuração***

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no seu custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado.

### ***c) Moeda funcional e moeda de apresentação***

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### ***d) Uso de estimativas e julgamentos***

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **e) *Julgamentos***

Na preparação das demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 – Provisão para perdas em clientes;
- Notas explicativas nº 6 e nº 7 – Definição de vida útil do ativo imobilizado e intangível;
- Nota explicativa nº 23 – Contingências

### **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### **a) *Instrumentos financeiros***

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

#### ***Avaliação do valor recuperável dos ativos (teste de impairment)***

##### ***Ativos financeiros (incluindo recebíveis)***

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

### *Ativos não financeiros (ativos tangíveis e intangíveis)*

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2023.

#### ***b) Caixa e equivalentes de caixa***

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

#### ***c) Ativos intangíveis***

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

##### *(i) Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistema informatizados*

São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

##### *(ii) Direito de exploração de infraestrutura*

O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis à construção de infraestrutura e inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar esse ativo em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativo é de 30 anos, conforme prazo do contrato de concessão.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	30 anos
Móveis e utensílios.....	10 anos
Máquinas e equipamentos.....	10 anos
Equipamentos de informática.....	10 anos
Software.....	5 anos

Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

**d) Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

**e) Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é mais provável que não que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**f) Provisões de manutenção – Contratos de concessão**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição específica antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 30 de dezembro de 2023 com relação a este assunto.

**g) Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**h) Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

### ***i) Impostos de renda e contribuição social***

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias representadas por despesas apropriadas ao resultado, entretanto, indedutíveis temporariamente.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende ao imposto de renda corrente reconhecido no resultado.

Na determinação do imposto de renda corrente a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda e no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseado em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada.

Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamento sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

### ***j) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1).***

A infraestrutura, dentro do alcance de Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, não são registrados como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

### ***k) Receita operacional***

#### **(i) Embarque e utilização do terminal**

As receitas provenientes da cobrança das tarifas de embarque e navegação devidas pela utilização das instalações e serviços de despacho e embarque da estação de passageiros são reconhecidas de acordo com a emissão das cobranças relacionadas.

#### **(ii) Tarifas de pouso e permanência**

As receitas relativas à utilização das áreas e serviços relacionados com as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave são reconhecidas de acordo com a emissão das cobranças relacionadas.

#### **(iii) Receita de aluguel**

A receita de aluguel decorrente de contratos de locação com empresas de transporte, lojas e restaurantes localizados nos terminais é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

### ***l) Receitas financeiras e despesas financeiras***

As receitas contábeis compreendem receitas de juros sobre aplicações contábeis, receitas com descontos obtidos, receitas com variações cambiais ativas e as variações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas contábeis compreendem basicamente os juros, descontos concedidos a clientes e as tarifas bancárias.

### ***m) Novos normativos contábeis***

As seguintes normas ou alterações, emitidas/revisadas pelo IASB, com adoção para exercícios iniciando em, ou após, 1º de janeiro de 2023 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IAS 1/CPC 26 – Divulgação de políticas contábeis materiais ao invés de políticas contábeis significativas.
- IAS 8/CPC 23 – Esclarecimento sobre mudanças de estimativas contábeis, mudança nas políticas contábeis e correção de erros
- IAS 12/CPC 32 – Necessidade de reconhecimento do imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, descomissionamento e restauração; e
- IFRS 17/CPC 50 – Norma não aplicável à Companhia;

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo:

- IAS 1/CPC 26 – Classificação de passivos não circulantes, em que a empresa precisa ter o direito de evitar a liquidação por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial;
- IFRS 16/CPC 06 – Trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim representados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos	12	19
Aplicações financeiras	<u>441</u>	<u>1.193</u>
	<u><b>453</b></u>	<u><b>1.212</b></u>

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo essas aplicações renumeradas entre 98% e 100% do CDI. A Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 2% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor.

#### 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

##### *a. Composição dos saldos:*

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Clientes	821	1.637
Locações a receber	1.047	881
Outras contas a receber	81	4
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(31)</u>	<u>(78)</u>
	<u><b>1.918</b></u>	<u><b>2.444</b></u>

##### *b. Abertura por idade do contas a receber*

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	1.695	2.022
Vencidos de 1 a 30 dias	176	182
Vencidos de 31 a 120 dias	47	268
Vencidos de 121 a 180 dias	-	25
Vencidos acima de 181 dias	<u>31</u>	<u>25</u>
	<u><b>1.949</b></u>	<u><b>2.522</b></u>



## 7. INTANGÍVEL

O saldo do ativo intangível correspondente concessão para exploração da infraestrutura apresentam as seguintes composições:

### a. Composição dos saldos

	31/12/2022	31/12/2023		Valor Líquido
		Custo	Amortização Acumulada	
Direito de Exploração de Serviços Públicos - outorga	8.315	-	(285)	8.030
Obras em Andamento	933	4.739	-	5.672
	<b>9.248</b>	<b>4.739</b>	<b>(285)</b>	<b>13.702</b>

### b. Movimentação do custo do ativo intangível

	31/12/2022	31/12/2023		Saldo
		Adições	Baixas	
Direito de Exploração de Serviços Públicos - outorga	8.553	-	-	8.553
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Equipamentos de informática	-	-	-	-
Software	-	-	-	-
Obras em Andamento	933	4.739	-	5.672
	<b>9.486</b>	<b>4.739</b>	<b>-</b>	<b>14.225</b>

	31/12/2022			Saldo
	31/12/2021 <i>(Não auditado)</i>	Adições	Baixas	
Direito de Exploração de Serviços Públicos - outorga	-	8.553	-	8.553
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Equipamentos de informática	-	-	-	-
Software	-	-	-	-
Obras em Andamento	-	933	-	933
	<b>-</b>	<b>9.486</b>	<b>-</b>	<b>9.486</b>

**c. Movimentação da amortização do ativo intangível**

	<u>31/12/2023</u>			
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u>
Direito de Exploração de Serviços Públicos - outorga	(238)	(285)	-	(523)
	<u>(238)</u>	<u>(285)</u>	<u>-</u>	<u>(523)</u>
		<u>31/12/2022</u>		
	<u>31/12/2021</u> <i>(Não auditado)</i>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u>
Direito de Exploração de Serviços Públicos - outorga	-	(238)	-	(238)
	<u>-</u>	<u>(238)</u>	<u>-</u>	<u>(238)</u>

Em função do contrato de concessão do Complexo Aeroportuário do Bloco Noroeste, o ativo intangível é registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão.

A interpretação técnica ICPC 01 “Contratos de Concessão” emitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contrato de concessão, e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo de concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras(i) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos.

Na cláusula décima segunda, parágrafo 12.2, do contrato de concessão foi determinado que todos os bens que integram ou venham a integrar a esta concessão, bem como as respectivas benfeitorias serão considerados “Bens reversíveis” ao Poder Concedente ao término do prazo do contrato de concessão.

O valor das parcelas dos investimentos vinculados a “Bens reversíveis” ainda não amortizados ou depreciados será apurado a partir do ativo intangível da CONCESSIONÁRIA, e tendo como termo final a data da notificação da extinção do contrato à CONCESSIONÁRIA, considerando as regras contábeis, notadamente a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), pronunciamentos e orientações relacionadas e, ainda, respectivas revisões, todos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, devidamente atualizado conforme o IPCA/IBGE do ano contratual do reconhecimento do investimento até o ano contratual do pagamento da indenização. Os ativos intangíveis com a vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor.

## 8. FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores	858	900
Outros	<u>30</u>	<u>95</u>
	<u><b>888</b></u>	<u><b>995</b></u>

Os saldos a pagar a fornecedores não apresentam concentração e são representados por compras de materiais, equipamentos e serviços destinados à operação da Companhia.

## 9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão de férias e encargos	934	666
Salários e ordenados	429	411
INSS a recolher	221	174
FGTS a recolher	71	54
Outros	85	54
Pensão alimentícia a pagar	2	2
Empréstimo consignado	<u>21</u>	<u>1</u>
	<u><b>1.763</b></u>	<u><b>1.363</b></u>

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía 166 colaboradores (153 em 31 de dezembro de 2022).

## 10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ISSQN a recolher	82	69
PIS e COFINS a recolher	220	195
IRPJ a recolher	1.669	127
CSLL a recolher	625	47
Impostos retidos a recolher	<u>119</u>	<u>82</u>
	<u><b>2.715</b></u>	<u><b>520</b></u>

## 11. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pis parcelamento	248	140
Cofins parcelamento	1.098	646
INSS parcelamento	880	406
IRPJ parcelamento	1.415	-
CSLL parcelamento	514	-
	<u>4.155</u>	<u>1.192</u>
Circulante	924	251
Não circulante	3.231	941
	<u>4.155</u>	<u>1.192</u>

Os parcelamentos simplificado de Pis, Cofins, IRPJ e CSLL, foram aderidos em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.891/2019, tendo como o saldo total parcelado em 60 (sessenta) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19 de julho de 2002).

O parcelamento simplificado do INSS foi aderido em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.891/2019, tendo como o saldo total parcelado em 60 (parcelas) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19 de julho de 2002).

## 12. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

O saldo do adiantamento de clientes, registrado no montante de R\$ 542 é representado por recebimentos referente a cauções de locação

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Recebimentos antecipados	542	101
	<u>542</u>	<u>101</u>

### 13. PARTES RELACIONADAS

Os saldos do ativo correspondem a operações de antecipação de lucros aos acionistas.

Os saldos do passivo correspondem a operações de mútuo com os acionistas, substancialmente, para suprimento de caixa da Companhia, sem cláusulas de reajustes ou prazos de vencimentos. Por esse motivo, estão classificados no não circulante.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Passivos</b>		
SOCICAM ADMINISTRAÇÃO, PROJ. E REPRES. LTDA.	379	379
SOCICAM INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA.	1.031	1.439
DIX EMPREENDIMENTOS LTDA.	<u>1.354</u>	<u>1.745</u>
	<u><b>2.764</b></u>	<u><b>3.563</b></u>

### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

As ações correspondentes a cada sócia são representadas abaixo:

	<u>Ações ( em milhares)</u>			
	<u>31/12/2023</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>%</u>
SOCICAM INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA.	3.180	51%	3.180	51%
DIX EMPREENDIMENTOS LTDA.	<u>3.054</u>	<u>49%</u>	<u>3.054</u>	<u>49%</u>
	<u><b>6.234</b></u>	<u><b>100%</b></u>	<u><b>6.234</b></u>	<u><b>100%</b></u>

Conforme 1ª alteração de seu contrato social, em 3 de janeiro de 2022, foi autorizado o aumento de capital no montante de R\$ 31.073, o qual foi parcialmente integralizado o montante de R\$ 6.234 na mesma data.

O capital social subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2023 está representado por 6.234 ações, com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) por ação, no montante de R\$ 6.234, restando pendente de integralização o saldo de R\$ 24.938.

#### b) Reserva Legal

É constituída com base nos dispositivos legais do Art. 193 da Lei nº 6.406/76, sendo destinados 5% do lucro líquido, que não excederá de 20% do capital social.

#### c) Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.406/76, após a dedução da reserva legal.

Em 2023 não houve distribuição de dividendos em virtude da Companhia ter apresentado prejuízo no exercício.

## 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO

A conciliação do IRPJ e CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, foram tributados pelo formato do Lucro Real, conforme apresentado abaixo:

	<u>31/12/2022</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	862
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada</b>	<b><u>(293)</u></b>
<i>Adições permanentes</i>	
Brindes	3
<i>Adições temporárias</i>	-
Provisão para Perdas de créditos considerados incobráveis	78
<i>Exclusões permanentes</i>	
Adicional sobre o lucro tributável anual	-
(-) Compensação de Prejuízos Fiscais de Períodos Anteriores - Atividades em Geral	-
Base de cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>81</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b><u>296</u></b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b><u>34%</u></b>

No exercício de 2023, a empresa alterou seu regime de tributação, e passou a apurar o Imposto de Renda e Contribuição Social, utilizando as alíquotas do Lucro Presumido, conforme apresentado abaixo:

	<u>31/12/2023</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	3.840
Alíquota fiscal combinada	<u>32%</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada</b>	<b><u>1.229</u></b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b><u>(3.876)</u></b>
Débitos remanescentes de IRPJ e C.S a pagar	2.294
<b>Taxa efetiva</b>	<b><u>101%</u></b>

## 16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b><u>Receita bruta</u></b>		
Tarifas Aeroportuárias	23.407	14.813
Controle de passageiros, acesso e permanência de veículos	52	89
Serviços de apoio	269	150
Receitas comerciais/locações	11.811	6.870
	<u>35.539</u>	<u>21.922</u>
<b><u>Abatimentos</u></b>		
(-) Impostos sobre a prestação de serviços	(2.181)	(2.650)
(-) Serviços cancelados	(35)	(4)
	<u>(2.216)</u>	<u>(2.654)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u><b>33.323</b></u>	<u><b>19.268</b></u>

### ***Embarque e utilização do terminal aeroportuário***

São valores cobrados dos usuários para embarque nos terminais aeroportuários (regulamentadas e com valores calculados pela ARTESP – (Agência de Transporte do Estado de São Paulo). As receitas de embarque serão ajustadas de acordo com o indexador econômico - IPCA (índice de preços ao consumidor amplo).

### ***Locações***

São valores oriundos de contratos de locação dos boxes do terminal aeroportuário. São lojas de artigos diversos, serviços e alimentação. Estão previstas no Contrato de Concessão e são administradas pela Companhia.

### ***Serviços de apoio***

São serviços oferecidos em terra para apoio às operações do transporte aéreo, envolvendo principalmente o atendimento e a segurança de aeronaves, passageiros, tripulantes, bagagens e cargas. Tem sua regulamentação pelo Poder Concedente da Concessão do Terminal e o valor determinado pela Companhia.

### ***Serviços a usuários***

São serviços oferecidos a usuários do terminal aeroportuário, como uso de sanitário, banho, estacionamento, guarda-volume, cartões telefônicos e recarga de telefones celulares. Tem sua regulamentação pelo Poder Concedente da Concessão do Terminal e o valor determinado pela Companhia.

## 17. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre os custos dos serviços prestados por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pessoal	8.433	5.613
Serviços contratados	9.754	5.894
Serviços públicos	2.072	977
Amortização e depreciação	710	461
Outorga, taxas e participações	545	251
Outros custos com colaboradores	2.417	1.615
Férias e 13º salário	1.859	1.234
Outros custos	2.339	2.541
	<u><b>28.129</b></u>	<u><b>18.586</b></u>

## 18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas administrativas e gerais por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas gerais	8	4
Despesas com crédito de liquidação duvidosa	(47)	77
Outras despesas	1.002	3
	<u><b>963</b></u>	<u><b>84</b></u>

## 19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre outras receitas (despesas) por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro e 2022:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outras receitas		
Recuperação de despesas	-	3
Receitas de exclusividade	-	678
	<u><b>-</b></u>	<u><b>681</b></u>

## 20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b><u>Receitas financeiras</u></b>		
Receita de juros	116	82
Receita de aplicações financeiras	2	5
Descontos obtidos	1	16
Outras receitas financeiras	2	-
	<u>121</u>	<u>103</u>
<b><u>Despesas financeiras</u></b>		
Despesas bancárias	27	17
Tarifa de emissão de boletos e títulos	8	6
IOF - Imp.s/ operações financeiras	1	1
Multas e correções	134	266
Descontos Concedidos	131	-
Outras despesas financeiras	211	230
	<u>512</u>	<u>520</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b><u>391</u></b>	<b><u>417</u></b>

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) *Gerenciamento do risco financeiro*

A Companhia não possui um comitê específico de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites.

As políticas de risco e sistema de gerenciamento de riscos são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

### b) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia. A administração não vê risco de crédito uma vez que as transações são realizadas com sua Matriz. Atualmente, o risco é oriundo das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

A Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições contábeis, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, o risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalente de caixa	12	19
Aplicações financeiras	441	1.193
Contas a receber	<u>1.918</u>	<u>2.444</u>
	<u><u>2.371</u></u>	<u><u>3.656</u></u>

**c) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitem captar recursos de forma e reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

Os quadros a seguir demonstram os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

*(i) Ativos financeiros*

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalente de caixa	12	19
Aplicações financeiras	441	1.193
Contas a receber	<u>1.918</u>	<u>2.444</u>
	<u><u>2.371</u></u>	<u><u>3.656</u></u>

*(ii) Passivos financeiros*

		<u>31/12/2023</u>			
	<u>Valor contábil</u>	<u>Fluxo financeiro</u>	<u>6 meses ou menos</u>	<u>6 -12 meses</u>	<u>Maior 12 meses</u>
<b><i>Passivo financeiros não derivativos</i></b>					
Fornecedores	888	888	888		
<b><u>31/12/2022</u></b>					
	<u>Valor contábil</u>	<u>Fluxo financeiro</u>	<u>6 meses ou menos</u>	<u>6 -12 meses</u>	<u>Maior 12 meses</u>
<b><i>Passivo financeiros não derivativos</i></b>					
Fornecedores	995	993	993	2	-

**d) *Risco de taxa de juros***

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

**e) *Hierarquia dos instrumentos financeiros***

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos e sua hierarquia:

- Nível 1 - Preços negociados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços
- Nível 2 - Outros, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta ou indiretamente.
- Nível 3 - Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos

As aplicações financeiras, são registradas pelo valor justo por meio do resultado e classificados como Nível 2. Os demais instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados pelo custo amortizado. A Administração estima que esses instrumentos financeiros possuem valor justo próximo do valor contábil.

## **22.COMPROMISSOS VINCULADOS A CONTRATOS DE CONCESSÃO**

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado valor variável, correspondente a 1% (um por cento) da receita bruta auferida pela Concessionária a partir do 13º (décimo terceiro mês) contado da data de eficácia, conforme disposto no contrato. Os valores serão registrados no grupo de custos de serviços prestados (nota explicativa nº 17).

## **23.CONTINGÊNCIAS**

As ações em curso em 31 de dezembro de 2023, que possuem o risco de perda classificado como possível totalizam R\$ 5 (R\$0 em 2022). Nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

## **24.COBERTURA DE SEGUROS**

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

## 25.EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia, que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

### **Membros da Administração**

José Mario Lima de Freitas  
Diretor Presidente

Alexander Cerqueira Silva  
Diretor Administrativo Financeiro

Eduardo Buzam Júnior  
Contador  
CRC 1SP243887/O-3

\* \* \*